

Territórios de Aprendizado: o estudo da habitação como eixo da Extensão Curricular no curso Gestão de Políticas Públicas da UFRN

Learning Territories: the study of housing as the axis of Curricular Extension in the Public Policy Management program at UFRN

Territorios de Aprendizaje: el estudio de la vivienda como eje de la Extensión Curricular en el curso de Gestión de Políticas Públicas de la UFRN

Grupo temático 01 - Ensino, pesquisa e extensão no Campo de Públicas

Lindijane de Souza Bento Almeida, Instituto de Políticas Públicas (IPP) e Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) da UFRN

Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros, Instituto de Políticas Públicas (IPP) e Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) da UFRN

Raquel Maria da Costa Silveira, Instituto de Políticas Públicas (IPP) e Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) da UFRN

Erociano Vitor Freitas Moraes, Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) da UFRN

RESUMO

O presente artigo apresenta a experiência de ensino de extensão curricular do tema da política de habitação no Curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Os componentes curriculares denominados de Ateliê de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada I, II, III, IV, V e VI (de 120h cada) e Vivências Públicas (120h), que contam em suas ementas obrigatórias o ensino de extensão, chamam a atenção para as estratégias de ensino-aprendizagem aplicadas em prol da elaboração de trabalhos finais (diagnósticos participativos, projetos, avaliações de políticas públicas, entre outros tipos de trabalhos) que proporcionam uma relação de troca entre os discentes, à comunidade e o poder público. Quando enfocam na política de habitação, tais componentes, por meio da extensão curricular proporcionam ampliação do aprendizado e a potencialização das oportunidades de interação com a prática. Metodologicamente, realizou-se o relato e discussão das experiências de "A Praça Também é Nossa" e "Onde Moram os Sonhos", assim como o projeto "Saberes Dialógicos", as quais evidenciam de forma clara como a participação ativa da comunidade na formulação de políticas públicas é fundamental para abordar questões cruciais, como a habitação. As experiências mencionadas destacam a importância de envolver os moradores locais e a sociedade civil no processo de aprendizagem e no planejamento e desenvolvimento de iniciativas relacionadas à habitação.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Habitação; Curso de Gestão de Políticas Públicas; UFRN.

ABSTRACT

This article presents the teaching experience of curricular extension on the topic of housing policy in the Bachelor's Degree Program in Public Policy Management at the Federal University of Rio Grande do Norte. The curricular components known as Public Policy Management Studio and Applied Extension I, II, III, IV, V, and VI (each comprising 120 hours), as well as Public Experiences (120 hours), which include extension education as a mandatory part of their syllabi, highlight the teaching-learning strategies applied to support the development of final projects (participatory diagnostics, project proposals, public policy evaluations, among other types of work) that foster an exchange relationship among students, the community, and public authorities. When focused on housing policy, these components, through curricular extension, broaden learning and enhance opportunities for interaction with practice. Methodologically, the article reports and discusses the experiences of "A Praça Também

é Nossa” and “Onde Moram os Sonhos,” as well as the “Saberes Dialógicos” project, which clearly demonstrate how active community participation in the formulation of public policies is essential for addressing crucial issues such as housing. These experiences underscore the importance of involving local residents and civil society in the learning process and in the planning and development of housing-related initiatives.

Keywords: University Extension, Housing; Public Policy Management Program; UFRN

RESUMEN

El presente artículo presenta la experiencia de enseñanza de la extensión curricular sobre el tema de la política de vivienda en el Grado en Gestión de Políticas Públicas de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte. Los componentes curriculares denominados Taller de Gestión de Políticas Públicas y Extensión Aplicada I, II, III, IV, V y VI (de 120 horas cada uno), así como Vivencias Públicas (120 horas), que incluyen en sus programas el carácter obligatorio de la enseñanza de extensión, llaman la atención sobre las estrategias de enseñanza-aprendizaje aplicadas para la elaboración de trabajos finales (diagnósticos participativos, proyectos, evaluaciones de políticas públicas, entre otros tipos de trabajos) que promueven una relación de intercambio entre los estudiantes, la comunidad y el poder público. Cuando se centran en la política de vivienda, dichos componentes, a través de la extensión curricular, permiten ampliar el aprendizaje y potenciar las oportunidades de interacción con la práctica. Metodológicamente, se realizó el relato y la discusión de las experiencias “A Praça Também é Nossa” y “Onde Moram os Sonhos”, así como del proyecto “Saberes Dialógicos”, las cuales evidencian de forma clara cómo la participación activa de la comunidad en la formulación de políticas públicas es fundamental para abordar cuestiones cruciales, como la vivienda. Las experiencias mencionadas destacan la importancia de involucrar a los residentes locales y a la sociedad civil en el proceso de aprendizaje y en la planificación y desarrollo de iniciativas relacionadas con la vivienda.

Palabras clave: Extensión Universitaria; Vivienda; Grado em Gestão de Políticas Públicas; UFRN.

1. Introdução:

No Brasil, a partir do Programa REUNI implementado no segundo governo Lula (2007-2010), foi possível institucionalizar um movimento que tinha como objetivo o reconhecimento de uma nova área de educação no nível superior, a qual se denomina Administração Pública e compreende várias denominações de cursos espalhados no território brasileiro. Nesse contexto, o Conselho Nacional de Educação homologou as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN - Resolução CNE/CES 01/2014) de Administração Pública, que em seu artigo 1º ressalta que a Administração Pública consiste em um campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas.

Tais cursos baseiam-se no perfil técnico-político de formação, entrelaçando ensino, pesquisa e extensão com preocupação no alcance prático das experiências de sala de aula. Nesse sentido, cresce o potencial transformador da extensão, que se torna meio capaz de alterar o status quo de realidades concretas e, ao mesmo tempo, ampliar o engajamento dos alunos em atividades propostas.

Diante do potencial transformador da extensão no Campo de Públicas, o presente artigo, enfoca na experiência do Bacharelado em Gestão da Políticas Públicas da UFRN, curso do Campo de Públicas, criado em 2009, no contexto do REUNI.

Considerando o potencial de componentes curriculares específicos, marcados pela extensão como espinha dorsal, o artigo propõe discutir como a aprendizagem sobre a política habitacional pode ser significativamente fortalecida por meio da extensão curricular. Ao articular teoria e prática, a extensão amplia o repertório dos estudantes, aprofunda a compreensão da realidade social e institucional e estimula a proposição de novos caminhos para o enfrentamento dos desafios habitacionais.

No âmbito de um curso do Campo de Públicas, cuja formação está diretamente orientada para as políticas públicas, a integração entre ensino e extensão revela-se especialmente estratégica. Essa aproximação favorece uma formação mais crítica, aplicada e inovadora, potencializando a atuação futura dos gestores públicos. O enfoque na política de habitação foi a escolha para demonstração do potencial transformador da formação ofertada.

Assim, o alinhamento entre extensão curricular e a temática da habitação contribui para qualificar o processo formativo, tornando os futuros gestores mais conscientes das múltiplas dimensões que atravessam a política habitacional e mais preparados para lidar com a complexidade que ela exige.

Metodologicamente, optou-se pela realização de relato de experiências vivenciadas nos componentes curriculares do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas denotando como enfocaram na política de habitação e estruturaram um processo de ensino-aprendizagem ancorado na articulação entre fundamentos teóricos, análise da realidade e vivências extensionistas. Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo relatar duas experiências desenvolvidas em um Ateliê de Gestão de Políticas Públicas, assim como um projeto de Vivência Pública desenvolvido no curso de Gestão de Políticas Públicas do Instituto de Políticas Públicas UFRN. Para melhor organizar o conteúdo, o artigo foi dividido em três partes: uma introdução inicial, seguida pelos relatos detalhados das experiências estudadas na segunda parte e, por fim, a terceira parte com as considerações finais.

2. A extensão universitária e a formação do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas: a Extensão Curricular com potencial transformador

A Constituição Federal de 1988 estabelece que as universidades obedecem ao princípio indissociável entre Ensino, Pesquisa e Extensão, esses componentes sustentam a educação nas universidades brasileiras. Em 2012, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex) criou a Política Nacional de Extensão (PNE), a qual estabeleceu que “a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (Forproex, 2012, p. 15). Sendo assim, a extensão universitária é um importante componente do processo formativo dos discentes nas universidades. Com ela, há, “necessariamente, a existência de uma relação dialógica ou processo de troca com a sociedade [...] uma relação que vai além das nossas salas de aula, dos nossos muros alamedados e cercas” (D’Ottaviano, 2019, p. 21).

Em 2014, o Plano Nacional de Educação, que segue uma concepção da extensão de 1987, estabeleceu um mínimo de 10% da carga horária dos cursos superiores de graduação em projetos e programas de extensão universitária. Embora tenha havido avanços na implementação da extensão universitária, há uma série de desafios para implementá-la da maneira correta e respeitando suas funções estabelecidas (Lago, 2019).

As funções estabelecidas para a Extensão Universitária permanecem como grandes desafios a serem alcançados a longo prazo. Uma primeira função é garantir a unidade Ensino-Pesquisa-Extensão por meio das atividades prático-críticas nos processos de formação e produção do conhecimento. A segunda é acionar a troca dos saberes acadêmico e popular num processo dialógico e dialético produtor de um novo conhecimento. Não se trata, portanto, de transmissão do conhecimento apenas, como as práticas de assistência técnica, por exemplo, mas de colocá-lo em xeque frente a outras formas de compreensão da realidade e de atuar nela. A terceira função da Extensão é integrar os campos disciplinares, sobrepondo metodologias e conceitos para dar conta da complexidade da vida cotidiana, essencialmente transdisciplinar. As três funções mencionadas são produtoras de transformações de grande alcance, tanto na formação do estudante quanto nas formas de compreensão da realidade social (Lago, 2019, p. 35).

Em 2018, a extensão universitária recebeu um novo reforço normativo por meio da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, publicada em conjunto pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Superior. A resolução reforçou o que foi discutido no Forproex em 2012 e confirmou o

ARTIGO

estabelecimento de 10% da carga horária dos cursos de educação superior para a extensão universitária. Assim, a partir desta normativa a curricularização da extensão ganhou força com a integração entre ensino e extensão por meio do planejamento pedagógico dos cursos de graduação (Lucas et al., 2023)

No Campo de Públicas, a extensão é um componente importante na formação discente, dada a complexidade da área, caracterizada por uma interseção entre investigação, formulação e aplicação de políticas públicas. A formação de profissionais exige que a produção do conhecimento seja direcionada ao interesse público. Para Lucas et al. (2023) a integração entre ensino e extensão é fundamental para o Campo de Públicas, pois é uma área que parte de uma perspectiva multidisciplinar que permite aos docentes criar estratégias de ensino, pesquisa e extensão fundamentadas na complexidade inerente à gestão pública. “Nesse sentido, a práxis dialógica entre o investigar, o aprender e o fazer coletivamente se constrói de forma integrada” (Lucas et al., 2023, p. 2)

A literatura aponta que, no Campo de Públicas, a extensão é uma realidade; em decorrência da complexidade da área, há diversas experiências exitosas da extensão e da curricularização da extensão publicados em artigos de pesquisadores da área, a exemplo de Jesus et al. (2023), Lucas et al. (2023), Silveira et al. (2023), Santos et al. (2024) entre diversas outras publicações sobre o tema.

Na UFRN, instituição na qual o curso de gestão de políticas públicas faz parte, tem por extensão curricular universitária como um “[...] processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável para viabilizar relações transformadoras entre a Universidade e a sociedade”. Ou seja, a definição acima ressalta a concepção de que a extensão envolve um diálogo entre diferentes saberes, “em experiências reais junto a diferentes grupos e populações que com elas interagem, por meio de ações que serão articuladas mediante as seguintes modalidades de extensão” (Consepe, 2017).

Dentro deste contexto, o curso de Gestão de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil, precisou revisar seu Projeto Pedagógico, por exigência das DCNs acima citada, e a partir de 2018.2 deu início a implementação de uma nova estrutura curricular que introduziu a extensão curricular no curso. Foram acrescentadas 300 horas de extensão curricular na carga horária total do curso, distribuídas em um conjunto de sete Atividades Integradoras de Formação, sendo elas um conjunto de seis Ateliê de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada I, II, III, IV, V e VI e um componente denominado de Vivências Públicas de Extensão Universitária que possuem o objetivo de proporcionar aos discentes as atividades de extensão (10% da Carga Horária Total do curso), devendo ser realizadas, ao longo do curso, e devem ser cursadas pelos discentes da forma coletiva, preferencialmente do 1º ao 7º período em ambos os turnos de oferta, e desenvolvidas em ambiente externo à UFRN.

A Resolução nº 03/2018-GPP, de 27 de abril de 2018, aprovada pelo Colegiado do curso de Gestão de Políticas Públicas dispõe sobre as normas de inserção curricular das Ações de Extensão Universitária do Curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UFRN. A extensão curricular no curso de GPP tem como objetivo desenvolver produtos substanciais para a gestão pública. Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de GPP (2018, p.39), “a extensão será orientada pelos professores das referidas atividades integradoras, devendo ser articuladas à temática de cada um dos Ateliês, possibilitando desenvolver o protagonismo dos discentes e a intervenção comunitária, considerando a diversidade sociocultural, as desigualdades e desvantagens sociais além da troca de saberes.”

No componente curricular denominado Vivências Públicas de Extensão Universitária, a extensão universitária deve ser realizada por meio da execução de um Projeto de Extensão Universitária a ser elaborado e aplicado de forma coletiva pelos discentes tendo o docente como orientador e articulador, mas o discente sempre será o protagonista e a intervenção comunitária será contemplada, possibilitando a troca de saberes. Na Vivências

Públicas, conforme a Resolução nº 03/2018-GPP de 2018, é necessário chamar a atenção para o fato de que as atividades que deverão compor esse componente requerem a seleção de uma comunidade; a identificação de problema; o diagnóstico do problema; a identificação da técnica gerenciamento adequada à solução do problema; o projeto de intervenção; os resultados esperados ou alcançados”.

O compartilhamento das vivências e percepções entre os atores envolvidos nas diferentes Atividades Integradoras de Formação ressaltam um processo multidisciplinar de conhecimentos que por meio da ação de extensão universitária se busca a unificação dos saberes e o alcance da interdisciplinaridade.

Por sua vez, em cada Ateliê, o discente desenvolve um produto voltado à gestão de políticas públicas, como agenda de políticas públicas, diagnóstico, planejamento, projeto, monitoramento e avaliação. Considerando a proposta do Ateliê de Gestão de Políticas Públicas VI, por exemplo, de realização de uma avaliação de uma Política Pública, os estudantes são preparados e capacitados por meio de aulas expositivas e dialogadas para a elaboração de um desenho de avaliação e sua execução.

A atividade formativa permite a livre escolha da política a ser avaliada e resulta em uma pesquisa avaliativa na área da política pública selecionada. Para isso, consideram-se perspectivas teóricas e epistemológicas que estimulam a troca entre os gestores e a sociedade que estão diretamente envolvidos com a política. Por exemplo, os discentes podem escolher estudar a política de habitação, selecionando um problema público da referida área para atuação e proposição de produto (como agenda, projeto, avaliação, a depender do que for demandado a cada semestre).

Considera-se a partir das perspectivas teóricas e epistemológicas de cada ementa do Ateliê ou da Vivência Pública a possibilidade de troca de saberes acadêmicos, populares e técnicos para o alcance de boas práticas na administração pública brasileira. Os produtos elaborados sempre envolvem a troca de saberes com a comunidade envolvida no problema público trabalhado ou com gestores de políticas públicas. A troca de conhecimento entre o profissional, o discente e a sociedade gera um compartilhamento de vivências e percepções que resultam em um processo multidisciplinar de conhecimentos que por meio da ação de extensão universitária se busca a unificação dos saberes e, portanto, a interdisciplinaridade.

Após o semestre de discussão, os produtos elaborados de forma dialógica entre discentes e comunidade, orientada pelos docentes, são apresentados tanto internamente, quanto para o público externo. Desde 2020, o Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UFRN vem organizando a Mostra de Extensão Aplicada, que consiste em um evento de extensão, ao final de cada semestre letivo, quando ocorre a socialização dos trabalhos acadêmicos produzidos pelos estudantes desse curso nos componentes de Ateliê e Vivências, a fim de que as produções realizadas a partir da extensão curricular possam ser compartilhadas. Assim, o ciclo da extensão se perfaz nas devolutivas às comunidades engajadas nas propostas, o que ocorre tanto por meio de novas visitas aos territórios, quanto por meio da participação de atores sociais e gestores públicos em visita à Mostra GPP. Frise-se que, além disso, alguns produtos são organizados como publicação acadêmica, sendo apresentados em eventos científicos e divulgados em periódicos acadêmicos. Por meio dessas estratégias ocorre a socialização do conhecimento e a difusão das temáticas trabalhadas. Muitos temas de políticas públicas têm sido movimentados na agenda pública local em virtude de tais experiências.

A partir dessa configuração didático-pedagógica da extensão curricular no Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UFRN, foram selecionadas experiências relativas à política de habitação como forma de denotar o potencial para a formação discente e as possíveis contribuições para a política e comunidades engajadas. Tais experiências serão a seguir apresentadas e discutidas, demonstrando que “avançar na curricularização da extensão

demanda estimularmos uma cultura política e participativa com segmentos outrora distanciados e enfrentar a lógica do produtivismo e individualismo nas instituições universitárias” (Frutuoso et al, 2023, p. 13).

3. Relatos de Experiências

O foco central das experiências aqui relatadas reside no ato de habitar. O ato de habitar é um dos objetos de discussões nos Ateliês de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada, bem como na Vivência Pública do Curso de GPP. É importante salientar que esse foi o recorte escolhido para este relato, mas os discentes são estimulados a trabalharem observando todo e qualquer problema público, da gestão urbana a políticas públicas de saúde, educação e lazer, sempre buscando ter um olhar plural para a complexidade do Estado e da Sociedade. Duas experiências exemplares desses Ateliês são "A Praça Também é Nossa" e "Onde Moram os Sonhos", que abordam a elaboração participativa de uma Agenda de Políticas Públicas em centros comunitários de Natal/RN. Na Vivência Pública, houve colaboração com o projeto "Saberes Dialógicos", destacando a melhoria do ensino por meio de diálogos horizontais e identificação de ideias subalternizadas. Essa proposta integra políticas públicas, teoria decolonial e Educação como prática de liberdade para promover mudanças sociais.

O ensino dialógico envolve estratégias de escuta e diálogo com a comunidade, ressaltando a importância do compartilhamento de saberes e da gestão democrática das políticas públicas. Essas experiências promoveram uma aproximação entre a comunidade e a universidade, revelando o potencial desses componentes curriculares para enfrentar desafios das comunidades e promover o bem-estar coletivo.

3.1. Experiências no Ateliê de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada I

O ensino dialógico envolve estratégias de escuta e diálogo com a comunidade, ressaltando a importância do compartilhamento de saberes e da gestão democrática das políticas públicas. Essas experiências promoveram uma aproximação entre a comunidade e a universidade, revelando o potencial desses componentes curriculares para enfrentar desafios das comunidades e promover o bem-estar coletivo.

O espaço residencial desempenha um papel de extrema importância na cidade, uma vez que tem a função essencial e indispensável de abrigar a população (Medeiros, 2015). A moradia é um elemento fundamental para a vida das pessoas, sendo imprescindível para a reprodução social tanto dos estratos sociais mais pobres quanto dos mais ricos (Levinas, 2000). Além disso, constitui-se como o espaço cotidiano e íntimo, onde grande parte do consumo ocorre.

A complexidade da produção e consumo de moradias está inserida no cerne da dinâmica que envolve o ato de habitar, abrangendo não apenas a estrutura física da casa, mas também as vias férreas, rodovias, equipamentos coletivos, saneamento, segurança, entre outros aspectos (Azevedo, 1987; Topalov, 1979). Ao adquirir uma habitação, o morador não usufrui apenas do espaço residencial em si, mas também de suas externalidades e infraestruturas associadas.

Nesse sentido, destaca-se que as discussões envolvendo o ato de habitar permeiam de forma direta e indireta os Ateliês de Gestão de Políticas Públicas e Extensão Aplicada. A seguir, serão apresentadas duas experiências que abordam essa temática, realizadas no contexto da reestruturação do componente curricular e envolvendo

dinâmicas participativas na elaboração de uma Agenda de Políticas Públicas em centros comunitários da cidade de Natal/RN.

1) **A Praça Também é Nossa:** A estrutura inadequada e o uso indevido das praças do conjunto residencial Neópolis foram temas abordados na formulação da Agenda por discentes que estabeleceram uma colaboração com o Conselho Comunitário do Conjunto Residencial Neópolis, localizado no bairro de Neópolis, Região Administrativa Sul, na cidade de Natal/RN. Esse conjunto habitacional, composto por 760 unidades habitacionais do tipo casa, foi construído em 1967 como parte da política nacional de Habitação conduzida pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), que atuou no Brasil de 1964 a 1986 (Medeiros, 2013; 2018).

Os discentes realizaram um diagnóstico rápido sobre o bairro onde o Residencial Neópolis está inserido, destacando que se trata de uma área ocupada por população de rendimentos médios e com bons indicadores sociais de escolaridade. Quanto ao próprio residencial, houve uma preocupação em compreender o que estava planejado no Partido Urbanístico e o que foi efetivamente executado, principalmente em termos de equipamentos coletivos. Eles reconstruíram o projeto original, mapearam os equipamentos e registraram fotograficamente o estado atual.

Uma das constatações foi a demanda da população por revitalização das praças. Essa demanda foi impulsionada por uma experiência bem-sucedida com a Praça Central de Neópolis, que passou por uma significativa reforma promovida pela própria comunidade através de ações de arrecadação de recursos, como festas, bazares e patrocinadores. Em entrevistas realizadas com os moradores, observou-se um sentimento positivo de identificação em relação à reforma, uma vez que eles puderam opinar sobre cores, layout e soluções, muitas delas simples e acessíveis (ver imagem 01).

Imagem 01 – Os dois momentos da Praça Central do Residencial Neópolis, 2015 (esquerda) e 2022 (direita)



Fonte: Silva et al, 2022

A equipe do Ateliê foi recebida por lideranças da comunidade no prédio do Centro Comunitário para realizar entrevistas. Conforme mencionado pela presidente do Conselho, os impactos positivos das reformas na praça foram notáveis, tornando-a mais convidativa para a socialização, com a formação de grupos musicais, um grupo de idosos e outro de jogadores de damas. Além disso, a segurança melhorou consideravelmente, e diversas atividades esportivas passaram a ser praticadas, tais como “futsal, vôlei e vôlei de areia, futebol de areia,



ARTIGO

badminton, entre outros. A praça também passou a oferecer aulas de zumba e dança da terceira idade. A comunidade se beneficiou de projetos da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), que oferecem palestras e práticas de fisioterapia e saúde da mulher” (Silva et al., 2022).

Os residentes também apontaram a necessidade de manutenção em algumas estruturas e defenderam a ampliação da reforma para outras praças do Residencial. Após ouvir as demandas da comunidade, a equipe elaborou um quadro de prioridades, considerando a Praça Central, a Praça dos Três Poderes e a Praça da Guerreira (Figura 01).

Para a elaboração das propostas, a equipe realizou pesquisas sobre casos de sucesso, destacando as seguintes referências: Praça André de Albuquerque (Cidade Alta, Natal/RN); Praça do Imbuí (Salvador, BA); Praça Presidente Eisenhower (Curitiba, PR); Djemaa el Fna em Marraquexe, Marrocos; e Praça da Estação de Tenri CoFuFun no Japão. Após uma análise cuidadosa, considerando as experiências positivas desses locais, foram elencadas as seguintes alternativas para a revitalização da praça do Conjunto Residencial Neópolis:

- a) Maximizar o uso esportivo da praça;
- b) Instalação de um espaço reservado para leitura, ao lado da toca literária;
- c) Integração com outras dinâmicas, como os pontos de ônibus (alguns deles serão mais maximizados em uma praça do que em outra).

Figura 01 – Prioridades de reformas das praças do Residencial Neópolis, 2022.

Área verde - Praça Três Poderes (Av. Ayrton Senna)	Praça Central de Neópolis	Praça da Guerreira (BR - 101)
• Construção das calçadas, com piso tátil e rampas de acesso; • Ampliação da parada de ônibus, para abrigar mais e melhor os usuários do transporte público; • Retirada dos entulhos acumulados, retirada das árvores que impedem a circulação dos pedestres; • Podar as árvores que atrapalham a iluminação pública, ou que possuem galhos e folhas próximas a fiação; • Reavaliação da iluminação pública; • Instalação do conjunto de coleta seletiva nas duas partes da praça; • Padronização dos quiosques internos da praça; • Mesas e cadeiras para se estar; • Instalar a toca literária;	• Construção das calçadas, com piso tátil e rampas de acesso; • Reforma na academia da terceira idade; • Retirada dos entulhos acumulados; • Instalação do conjunto de coleta seletiva; • Mesas e cadeiras para se estar; • Reformar a toca literária.	• Construção das calçadas, com piso tátil e rampas de acesso; • Retirada dos entulhos acumulados, retirada das árvores que impedem a circulação dos pedestres; • Podar as árvores que atrapalham a iluminação pública, ou que possuem galhos e folhas próximas a fiação; • Reavaliação da iluminação pública; • Instalação do conjunto de coleta seletiva nas duas partes da praça; • Padronização dos quiosques internos da praça; • Mesas e cadeiras para se estar; • Instalar a toca literária.

Fonte: Silva et al., 2022.

A agenda elaborada foi apresentada durante a I Mostra de Ateliê, com a presença das lideranças comunitárias, incluindo uma poetiza que recitou alguns poemas em homenagem ao momento. O processo de elaboração participativa aproximou a comunidade da universidade, e o documento final da agenda, bem formatado e ilustrado, permitiu sistematizar e formalizar as demandas dos moradores do Conjunto Residencial Neópolis.

2) A agenda "**Onde Moram os Sonhos**" foi elaborada em colaboração com o Conselho Comunitário do bairro do Alecrim, um dos bairros mais antigos da cidade de Natal/RN, conhecido como berço do comércio popular e



EBAP

Encontro Brasileiro de Administração Pública
XIII EBAP, Junho de 2026, Brasília-DF, Brasil

ARTIGO

famoso pela tradicional feira do Alecrim (Bezerra, 2005). A diversidade do comércio é tão ampla que existe um dito popular que diz: "se você não encontra no Google, encontra no Alecrim". Os discentes mergulharam na história de ocupação do bairro, que remonta à construção de uma base naval em 1922. Levantaram informações sobre o padrão socioeconômico da população e identificaram uma área diversificada, onde a atividade comercial coexiste com habitações para população de menor rendimento. Essa população tem muitas de suas necessidades atendidas pelo centro comunitário.

O estado precário do imóvel onde o Conselho está situado, junto com uma reforma que foi interrompida e embargada, concentrou o foco da elaboração da agenda (Imagem 02). A equipe mobilizou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo para identificar as razões do embargo, que se deu por uma denúncia relacionada à falta de registro da reforma. Dessa forma, a equipe, em conjunto com o conselho comunitário, realizou o levantamento do projeto arquitetônico para solicitar o alvará, além de estimar os custos da reforma e propor ações para mobilizar os recursos necessários para a sua implementação (ver Imagem 02).

Imagem 02: Sede do Conselho Comunitário do Alecrim



Fonte: Aires et al., 2022.

Figura 02: Objetivos e Alternativas da Agenda do Conselho Comunitário do Alecrim, 2022.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ALTERNATIVAS
Obtenção de orçamento para a conclusão da reforma física do Conselho Comunitário.	A) Realização de eventos alternativos em torno do bairro, como por exemplo: Festas de rua, rifas, bazares e eventos culturais;
Quebra do embargo emposto pela prefeitura sobre o Conselho.	O embargo de obra ou notificação da prefeitura, ocorre devido a denúncia de terceiros que julgam presenciar obras irregulares. Qualquer pessoa pode denunciar uma obra para a prefeitura. Com a denúncia local estará sujeita a receber a visita de um fiscal do município. B) Alvará de Construção da obra do Conselho; C) Criar o projeto arquitetônico a ser usado junto ao Alvará;
Reestruturação do conselho comunitário. como subprefeitura.	As subprefeituras estão subordinadas à Secretaria Municipal. Exemplo do uso de subprefeituras no Estado de São Paulo (SMSP). Tendo como função dar apoio gerencial e administrativo ao prefeito e às subprefeituras; acompanhar as metas; e as atividades das subprefeituras; criar indicadores relacionados aos recursos humanos e materiais para as subprefeituras. D) Criar indicadores relacionados os recursos humanos e materiais para as subprefeituras a partir da realidade de cada região; E) Compor com subprefeituras vizinhas, instâncias intermediárias de planejamento e gestão, nos casos em que o tema ou o serviço em causa, exigirem tratamento para além dos seus limites territoriais; F) Estabelecer formas articuladas de ação, planejamento e gestão com as Subprefeituras e Municípios limítrofes a partir das diretrizes governamentais para a política municipal de relações metropolitanas; G) Atuar como indutoras do desenvolvimento local, implementando políticas a partir das vocações regionais e dos interesses manifestos pela população; H) Ampliar a oferta, agilizar e melhorar a qualidade dos serviços locais, a partir das diretrizes centrais; I) Facilitar o acesso e imprimir a transparência aos serviços públicos, tornando-os mais próximos dos cidadãos; J) Facilitar a articulação intersetorial dos diversos segmentos e serviços da Administração Municipal que operam na região.

Fonte: Aires et al., 2022.

Destaca-se que, ao contrário do Conselho Comunitário de Neópolis, que já se encontra estruturado e com ações bem-sucedidas implementadas, o Alecrim enfrentava a demanda de estruturar sua sede do conselho comunitário. A construção da agenda para o Conselho Comunitário do bairro do Alecrim mobilizou um número considerável de lideranças. Esse produto também foi apresentado na Mostra de Ateliê, contando com a participação de gestores municipais e moradores do bairro. É relevante ressaltar que as experiências citadas foram desenvolvidas por discentes do primeiro período do curso de Gestão de Políticas Públicas, representando o início de um processo de inserção e imersão nos problemas sociais.

Essas experiências ressaltam que a construção participativa de agendas de políticas públicas não apenas potencializa soluções mais alinhadas às necessidades da população, mas também promove um maior senso de pertencimento e protagonismo por parte da comunidade. Quando os cidadãos são ouvidos e envolvidos nas decisões que afetam suas vidas, a gestão se torna efetivamente democrática e as políticas públicas ganham em legitimidade.

3.2. Vivência Pública no Curso de GPP

Uma outra experiência de extensão curricular vivida pelas turmas do curso de GPP é a oferta da Atividade Integradora de Formação denominada de Vivências Públicas de Extensão Universitária, ofertada no segundo semestre letivo de cada ano, como dito anteriormente com a carga horária de 120 horas, sendo 30 horas de aula teórico-prática presencial em sala de aula e 90 horas de extensão curricular, que tem como objetivo “estabelecer a ponte entre teoria e prática da representação e apresentação de dados, informações e resultados do processo de elaboração de projetos, planos e programas de políticas públicas” (PPC/GPP, 2018, p. 1).

De acordo com a experiência da turma de 2021, ocorreu a previsão de acompanhamento do projeto de extensão intitulado “Saberes Dialógicos”, coordenado pela Professora do Instituto de Políticas Públicas Winifred Knox. Segundo os docentes, o referido projeto consiste em uma comunicação educativa entre estudantes professores, comunidades, associações populares e coletivos enquanto “práxis comunicativa não poderia ser aquela que procura “atuar sobre” a sociedade, mas essa que dialoga e projeta com e para as pessoas” (Martins, Knox, 2020, p. 42). Desse modo, “enquanto ação educativa de comunicação, nosso foco esteve na melhoria da prática de ensino, com o estabelecimento de uma fortuita relação dialógica entre professores, monitores, estagiários e estudantes” (Martins & Knox, 2020, p. 40).

As atividades de extensão tiveram que encontrar formas alternativas para sua realização no contexto da pandemia da covid-19. O contexto de ensino remoto para as atividades acadêmicas chamou a atenção para a relevância das ferramentas digitais e dos recursos audiovisuais.

Em artigo publicado por Martins e Knox na revista Periferia, em 2023, verifica-se as experiências que resultaram em vídeos a partir do ensino da Vivência Pública: Vila. Doc - Episódio 1 - Agricultura urbana, hortas comunitárias e quintais produtivos (Vivências 2020.2), Vila de Ponta Negra e a pandemia (Vivências, 2021.2), Documentário Sobre a Engorda da Praia de Ponta Negra (Vivências, 2021.2) e, ainda, “Quintais Produtivos na Vila de Ponta Negra” (2021.2), vídeos que podem ser acessados no canal do curso de gestão de políticas públicas. Segundo os autores (Knox, 2023, p.18),

a respeito à extensão universitária, é importante reconhecer que sua missão vai além da formação exclusiva dos estudantes. A curricularização da extensão propõe uma atuação ativa e dialógica com a sociedade, buscando a integração do conhecimento acadêmico com as demandas e necessidades reais da comunidade. Esse processo envolve a construção de parcerias colaborativas, o desenvolvimento de ações concretas de intervenção e a promoção do diálogo horizontal entre estudantes e sociedade.

ARTIGO

Na visão dos autores, as experiências da “Vila. Doc - Episódio 1 - Agricultura urbana, hortas comunitárias e quintais produtivos” (Vivências 2020.2), “Vila de Ponta Negra e a pandemia” (Vivências, 2021.2), “Documentário Sobre a Engorda da Praia de Ponta Negra” (Vivências, 2021.2) e “Quintais Produtivos na Vila de Ponta Negra” (2021.2), a partir das sua produção audiovisual, dado o contexto de pandemia, serviram de inspiração para as turmas do segundo semestre de 2022, dada a prática didático metodológica adotada na pandemia, qual seja: a materialidade de práticas de tradução que possibilita aos pesquisadores, estudantes e a população a compreensão da realidade, dado compartilhamento de ideias, valores, normas e visões de mundo. Ou seja, os professores aplicaram uma prática de ensino dialógica para o componente curricular Vivências Públicas, a qual teve como objetivo enfatizar a relevância da identificação dos sujeitos e das ideias subalternizadas e invisibilizadas, na sistematização das ideias elaboradas e na prática da escuta.

Como destaca os autores, “há, pois, um conjunto de instrumentos e procedimentos metodológicos que podem ser mobilizados para a realização dessa proposta de ensino, como a revisão da literatura e das legislações, normas e publicações sobre a temática estudada, visitas a campo, observação, participação em atividades e entrevistas” (Martins & Knox, 2023, p.22). Os autores concluem que seu trabalho estabeleceu um diálogo teórico e metodológico entre as teorias selecionadas (teoria francesa dos referenciais - Muller, Surel, 2002; Lascoumes; Le Galès, 2012; Muller, 2018; e a teoria decolonial da Sociologia das Ausências e Emergências - Santos, 2002, Resende, 2019) e a prática dialógica presente nas obras de Paulo Freire (1979, 1983a, 1983b, 1992, 1993, 2022) com a finalidade de propor uma nova concepção didático-teórico-metodológica para as ações de extensão do componente Vivências Públicas do GPP/UFRN. Como chama a atenção os autores no processo de gestão das políticas públicas os gestores precisam tratar como prioridade a identificação e a escuta dos sujeitos atendidos pelas políticas públicas, porque não podem correr o risco de terem sujeitos e suas demandas (cidadãos) excluídas em determinadas análises e ações.

Neste sentido, essa proposta de ensino busca nos referencias de políticas públicas, os elementos de análise e identificação dos atores, das instituições e das ideias que compõem as relações e os problemas sociais; busca na teoria decolonial as ferramentas de tradução e escuta, de modo a apontar as ausências e potencializar as emergências; e da Educação como prática de liberdade para propor um ensino dialógico que compreende a importância de descolonizar as análises e fazer emergir mudanças sociais por meio de respostas elaboradas coletivamente. Assim, a prática de ensino que parte das análises das políticas públicas em suas dimensões normativas e cognitivas, deverá lançar mão de estratégias de escuta e diálogo, como visitas de campo, participação em atividades e reuniões da comunidade com a qual serão construídos coletivamente uma comunicação educativa que faça sentido para os envolvidos e seja ferramenta de transformação social. (Martins & Knox, 2023, pp.23-4).

A partir do estudo acima mencionado, observa-se a importância do compartilhamento dos saberes, da relação de troca entre os envolvidos nas políticas públicas, e como fazer gestão de políticas públicas em um Estado democrático requer o diálogo constante com a sociedade. O Ateliê de Gestão de Políticas Públicas e o projeto de Vivência Pública são exemplos concretos de como a extensão curricular pode se tornar uma ponte efetiva entre a teoria e a prática na representação e apresentação de dados e informações relacionados às políticas públicas. As experiências apresentadas neste estudo também nos levam a refletir sobre a relevância da identificação e escuta dos sujeitos atendidos pelas políticas públicas. Ao considerar a teoria decolonial e as ferramentas de tradução e escuta, é possível apontar as ausências e potencializar as emergências, buscando descolonizar as análises e promover mudanças sociais por meio de respostas coletivamente elaboradas.

Considerações finais

Como vimos, os processos de ensino de extensão curricular apesar de propostas diferentes se destacam como estratégias de ensino que podem colaborar na ampliação de parcerias universidade-sociedade e, principalmente, ressaltar a relevância da extensão no processo formativo, e em especial sua contribuição para a formação de um gestor de políticas públicas, que deve ter capacidade para exercer atividades de nível superior relacionadas com a gestão pública a partir de uma nova forma de fazer política, qual seja, mais democrática, participativa e inclusiva.

As práticas de ensino de extensão curricular, como as discutidas anteriormente, destacam-se como estratégias valiosas que colaboram no estreitamento das parcerias entre universidade e sociedade. Elas desempenham um papel fundamental na formação de gestores de políticas públicas comprometidos com a democracia e os valores republicanos.

A compreensão do ato de habitar e sua relação com diversas áreas do conhecimento e a elaboração de políticas públicas são fundamentais para a formação dos discentes em Gestão de Políticas Públicas. Nesse sentido, a extensão aplicada ao ensino, através dos Ateliês de Gestão de Políticas Públicas e da Vivência Pública do Curso de Gestão de Políticas Públicas na UFRN, possibilita uma aproximação mais concreta com a realidade, rompendo as barreiras teóricas e enclausuradas dentro dos muros universitários.

As experiências exemplares "A Praça Também é Nossa" e "Onde Moram os Sonhos", bem como o projeto "Saberes Dialógicos" no contexto da Vivência Pública, demonstram como a participação ativa da comunidade na elaboração de políticas públicas é fundamental para abordar questões como habitação, que estão intrinsecamente ligadas à dinâmica social e urbana.

Como bem aborda Paulo Freire (2022, p. 19): "Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro", ou seja, a verdadeira educação acontece por meio do diálogo e da troca de experiências entre educadores e educandos, englobando também a comunidade em um processo educativo dialógico e participativo. O processo de ensino-aprendizagem dialógico, que inclui estratégias de escuta e diálogo com a comunidade, é uma poderosa ferramenta para promover uma gestão democrática das políticas públicas. Não é uma ação unilateral, mas sim um processo de aprendizado mútuo e transformação social. Essas experiências também enfatizam a importância de envolver os gestores nas discussões sobre habitação, permitindo que desenvolvam um repertório de experiências para dialogar com outros profissionais envolvidos na formulação e implementação de políticas relacionadas ao habitat.

Em um Estado democrático, a gestão de políticas públicas deve ser pautada pela constante interação com a sociedade, buscando compreender suas necessidades e expectativas. As experiências relatadas demonstram que a escuta ativa e o reconhecimento dos saberes locais são fundamentais para promover mudanças sociais significativas e construir políticas públicas mais inclusivas e eficazes. Essas práticas educacionais inovadoras e comprometidas com a transformação social capacitam os estudantes a desenvolver habilidades de análise crítica, empatia e liderança, tornando-se agentes de mudança capazes de contribuir positivamente para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

As experiências apresentadas proporcionam uma visão otimista para o futuro, onde a academia e a sociedade trabalham em colaboração para superar os desafios que envolvem o ato de habitar, promovendo o bem-estar coletivo e construindo políticas públicas que verdadeiramente atendam às necessidades da população.

Referências

Aires, B. E. et al (2022). *Onde Moram os Sonhos*. Natal: Instituto de Políticas Públicas.

Azevedo, S. (1987). *Políticas Públicas e Habitação Popular*: pontos para reflexão. *Revista de Administração Municipal*. V. 34, n. 85, out./dez., pp. 40-49.

Levinas, E. (2000). *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70, pp. 135-156.

Bezerra, J. A. (2005). *A reafirmação do bairro*: um estudo geo-histórico do bairro do Alecrim na cidade de Natal-RN. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte,

Brasil. Ministério da Educação (2014). *Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Resolução CNE/CES 1/2014. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de janeiro de 2014 – Seção 1 – pp. 17-18.

Coelho, F. S.; Almeida, L. S. B.; Midlej, S.; Schommer, P. C.; Teixeira, M. A. C (2020). O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020). *Administração: Ensino e Pesquisa*, v. 21, n. 3, p. 488-529, 1 set. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/1897>. Acesso em: 23 ago. 2022.

D'Ottaviano, C. (2019) Extensão em Movimento. In: D'Ottaviano, C. & Rovati, J. (Org.). *Além dos Muros da Universidade*: Planejamento Urbano e Regional e Extensão Universitária. 1 ed. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, p. 15-32

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras/Forproex (2012). Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: Forproex. Disponível em: https://proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//Politica_Nacional_de_Extensao_Universitaria_FORPROEX-2012.pdf. Acesso em 24 fev. 2026.

Freire, P. (2022). *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 19897.

Freire, P. (2005). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P., & Nogueira, A. (1989). *Que fazer: teoria prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes.

Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança*: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1983a). *Extensão ou comunicação?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1983b). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Frutuoso, M. F. P., Rizzo, T. P., Gonzalez, F. T., Santos, C. de J., & Corrêa, E. R.. (2023). Outros modos de ensinar: a experiência de criar comunidade e movimentar o pensamento crítico a partir da curricularização da extensão. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 27, e230159. <https://doi.org/10.1590/interface.230159>

Gomes, S. C., Almeida, L. D. S. B., da Silva, A. F. C., & de Moura, J. T. V. (2016). As promessas e desafios da formação do bacharel em gestão de políticas públicas na UFRN. In: Vendramini, P & Almeida, L. S. B. (Org.). *Pioneirismo, Renovação e Desafios*: Experiências do Campo de Públicas no Brasil. 1ed. Florianópolis/SC: UDESC, 2017, v. 1, p. 153-168.

Jesus, C. R. de, Ratton Júnior, J. L. de A., & Campos, T. S. (2023). Encarceramento em massa e práticas extensionistas no Rio Grande do Norte. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 28, e87987. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v28.87987>

Jobert, B., & Muller, P. (1987). *L'État en action: politiques publiques et corporatismes*. Paris: Presses Universitaires de France.

Lago, L. C. (2019). Extensão universitária como ação educadora para uma outra cidade. In: D'Ottaviano, C. & Rovati, J. (Org.). *Além dos Muros da Universidade: Planejamento Urbano e Regional e Extensão Universitária*. 1 ed. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, p. 33-47.

Lucas, A. C., Leite, J. P. de A., Gonçalves Junior, O., Noijs, P. V., & Sousa, R. R. de. (2023). CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS UNICAMP. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 28, e88038. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v28.88038>

Lascombes, P., & Le Galès, P. (2012). *Sociologia da ação pública*. Maceió: EDUFAL.

LIPIETZ, A. (1982). Alguns problemas da produção monopolista do espaço urbano. *Espaço e Debates*. out/dez, pp. 5-20.

Martins, J. A., & Knox, W. (2023). Comunicação Educativa nas Vivências de Políticas Públicas Conforme as Abordagens Cognitivas, as Teorias Decoloniais e a educação como prática de liberdade Em Paulo Freire. *Periferia*, 15, pp. 1-26, 2023,

Martins, J. A., & Knox, W. (2020). Apontamentos e reflexões entre teoria e prática nas disciplinas de Ateliê: estudantes, impactos e avaliações. In: Knox, W & Moura, J. T. V. (org.). *Saberes dialógicos: intervenções universitárias na Vila de Ponta Negra*. Natal: EDUFRN.

Medeiros, S. R. F. Q. (2015). *Produção do espaço residencial em Natal: renda, segregação e gentrificação nos conjuntos habitacionais*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Medeiros, S. R. F. Q. (2018). *Segregação e gentrificação: os conjuntos habitacionais em Natal*. Natal: EDUFRN.

Medeiros, S. R. F. Q. (2013). *Conjuntos habitacionais e expansão do espaço urbano de Natal/RN*. XV Encontro da ANPUR ENANPUR.

Santos, A. C.; Almeida, L. S. B.; Silva, B. C. N. (2024) Campo de Públicas no Brasil: um estudo a partir da Curricularização da Extensão. In *Anais do XI Encontro Brasileiro de Administração Pública (EBAP)*, Brasília.

Silva, A. F. et al. (2022) *A Praça Também é Nossa: A estrutura inadequada e o uso indevido das praças do conjunto residencial Neópolis*. Natal: Instituto de Políticas Públicas.

Silveira, R. M. da C., Leite, G. M. da S. A., Cavalcanti, F., Meira, M. de O., & Inácio, M. V. do N. (2023). Soluções para problemas públicos em juízo: Uma prática interdisciplinar entre Campo de Públicas e Direito. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 28, e86370. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v28.86370>

Topalov, C. (1979). *Análise do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção: capital e propriedade fundiária*. Forti, R. Marxismo e urbanismo capitalista. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2018). *Projeto Pedagógico Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas*. (Bacharelado). Rio Grande do Norte, 2018.



EBAP

Encontro Brasileiro de Administração Pública
XIII EBAP, Junho de 2026, Brasília-DF, Brasil

ARTIGO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2013). Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação. *Resolução N° 171/2013-CONSEPE/UFRN*, de 5 de novembro de 2013. Natal.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2017). *Resolução n° 077/2017-CONSEPE/UFRN*, de 27 de junho de 2017. Natal.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2021). *Resolução n° 174/2021-CONSEPE/UFRN*, de 23 de março d021. Natal.

